



TERMO DE REFERÊNCIA CONTRATAÇÃO DIRETA

Objeto: contratação de execução de serviço de engenharia para elaboração de laudo de diagnóstico e projeto de adequação às Normas – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos para os prédios do Campus Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz, Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro

Categoria do objeto: obras e serviços de engenharia; serviço não continuado; serviço técnico especializado.

Processo: 25389.000331/2023-68

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI Nº 14.133/2021)

1.1. Contratação do objeto acima descrito, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	DIAGNÓSTICO E PROJETO DE ACESSIBILIDADE	-	m²	15.599,59m²	R\$35.400,00

A estimativa de quantidade desta contratação de serviços está baseada na metragem quadrada total do campus, como parâmetro referencial, que representa 15.599,59m² a ser adequada às exigências normativas.

1.2. O prazo de vigência da contratação será de 6 (seis) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O custo estimado total da contratação será de **R\$ 35.400,00** (trinta e cinco mil e quatrocentos reais).

1.4. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

1.5. O proponente, ou, havendo dispensa eletrônica, aquele que estiver mais bem colocado na disputa, deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

1.6. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será o de Maior Desconto.

*1.7. embora o modelo de Termo de Referência para contratação direta disponibilizado pela AGU (revisão junho de 2022) não faça qualquer menção a questão de consórcio, informamos que **será permitida a participação de consórcio**.*

*1.8. Embora o modelo de Termo de Referência para contratação direta disponibilizado pela AGU (revisão junho de 2022) não faça qualquer menção a questão de reajustamento, informamos que deverá ser adotado o **Índice Nacional da Construção Civil, medido entre o 1º e o último dia do mês de referência***

(INCC-DI).

1.9. *Em função da padronização de procedimentos estabelecidos pela Administração, houve mudança na ordem das habilitações, passando-se a apresentar as exigências operacionais antes das profissionais, sem prejuízo do conteúdo e texto estabelecidos como referência pela AGU.*

1.10. ***Nos casos aplicáveis, foi suprimida a exigência de apresentação de “certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente”, tendo em vista a vedação de exigência de registro de atestado de capacidade técnico-operacional no Crea – conforme o artigo 55 da Resolução nº 1.025/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 128/2012 - 2ª Câmara e 655/2016, 205/2017 e 2.326/2019, esses últimos do Plenário) – e, por extensão natural, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).”***

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘B’ DA LEI Nº 14.133/2021)

2.1. A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘C’ DA LEI Nº 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA ‘D’ DA LEI Nº 14.133/2021)

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. *Serão incluídos critérios e práticas de sustentabilidade ambiental visando à redução do consumo de energia e água – tanto em relação (i) à procedimentos de desenvolvimento e gestão, (ii) à soluções técnicas de projeto e execução de obra ou serviços de engenharia; ou (iii) à racionalidade de operação e manutenção da edificação – com base na IN SLTI/MPOG nº 1/2010 e no art. 45 da Lei nº 14.133/2021, que apresentam as condições que obrigatoriamente precisam ser observadas, sem prejuízo de outras exigências a serem formuladas pela Administração.*

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1. Serviço de baixa complexidade técnica e risco para a Administração, não se justifica exigir garantia.

5. VISTORIA

5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 16 horas.

5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.2.1. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.2.1.1. O agendamento da vistoria deve ser efetuado previamente, com um mínimo de 48 horas, com a secretaria da Coordenação de Projetos e Obras da Cogic, através do telefone (021) 2209-2125 ou do e-mail: tania.silveira@fiocruz.br

5.2.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” DA LEI Nº 14.133/2021)

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Data para início da execução do objeto: emissão da Ordem de Serviço;

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: conforme item 6 do Estudo Técnico Preliminar;

6.1.3. Local e horário da prestação de serviço: os serviços deverão ser realizados no Campus do Instituto Fernandes Figueira - IFF da Fiocruz, no bairro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, RJ; os serviços poderão ser executados de segunda a sexta-feira, das 7 às 17 horas, excetuando-se os feriados nacionais -- em casos excepcionais, comunicados previamente à Administração, os dias e horários poderão ser alterados, inclusive com a utilização de sábados e feriados, desde que isso não implique em qualquer ônus para a Fiocruz;

6.1.4. Cronograma de realização dos serviços.

6.1.4.1. O diagnóstico de acessibilidade será dividido nas seguintes etapas a ser elaborado em 45 dias:

- Análise/Avaliação/Diagnóstico de todo o Projeto de Arquitetura a ser fornecido pela equipe CPO e de acordo com as visitas técnicas feitas no local;
- Relatório/Memorial Descritivo com identificação de todas as áreas a serem modificadas e adaptadas – com fotos e imagens - com as devidas sugestões, bem como as indicações das Normas e Legislações que deverão ser adotadas;
- Imagens dos materiais e equipamentos sugeridos, a título de ilustração, para futura tomada de preços;
- Apresentação de soluções técnicas globais e localizadas amadurecidas suficientemente de modo a evitar gastos repetitivos futuros.

6.1.4.2. O projeto de acessibilidade será apresentado após entrega do diagnóstico e dividido nas seguintes etapas, a ser elaborado em 30 dias:

- Levantamento geral – medidas para reformulação de plantas baixas - de todas as áreas acima citadas, também como forma de atualização das plantas a serem fornecidas;
- Todos os estudos e desenhos necessários – plantas baixas, cortes, vistas, com detalhamento, Memorial Descritivo, Especificação Técnica, Lista de Quantitativos, Materiais de aplicação e equipamentos;
- Apresentação de planilhas com links, fotos e sugestões de equipamentos;
- Todo e qualquer tipo de apresentação necessária para entendimento e aprovação do Projeto - Perspectivas, detalhes;
- Todo e qualquer tipo de adaptação necessária;
- Apresentação de soluções técnicas globais e localizadas amadurecidas de modo a evitar gastos repetitivos futuros;
- Entrega de 01 caderno, via e-mail, com todos os desenhos produzidos e demais especificações e detalhamentos para registro e consulta de todo o serviço prestado.

6.2. Especificações peculiares: Não aplicável.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Não aplicável. A Administração não emprestará e nem cederá, em hipótese alguma, materiais, equipamentos, ferramentas ou utensílios de qualquer natureza para a execução dos serviços; estes serão de responsabilidade exclusiva do Contratado.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

8.1.1. Esta contratação tem por objetivo promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência e de todos os usuários, visando a inclusão social e cidadania.

O escopo consiste no fornecimento de diagnóstico e projeto de acessibilidade, onde deverão ser adequados ao Decreto 5296/2004, a Norma da ABNT NBR 9050/2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, a Lei 13.146 – Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência – regulamentada pelo Decreto Legislativo 186 e Decreto Federal 6.946 de 25 de agosto de 2009 e todas as Leis, Decretos e Normas de Acessibilidade vigentes no país.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F” DA LEI Nº 14.133/2021)

9.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

9.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

9.1.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.1.4. O Contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

9.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º), no prazo indicado pelo fiscal.

9.1.5. O Contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.1.6. O Contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.1.7. Somente o Contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

9.1.7.1. A inadimplência do Contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do

contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9.1.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

9.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SicaF.

9.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SicaF.

9.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

9.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento padrão da Cógic (Sisplan), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o Contratado:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2.2. A utilização do instrumento padrão da Cógic (Sisplan) não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.2.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

9.2.3.1. *(i) identificação da entrega ou execução de serviços em consonância com o Projeto Básico, especialmente no que tange à qualidade especificada; (ii) verificação da adequação dos produtos ou serviços; e (iii) constatação do cumprimento de correções que se fizerem necessárias;*

9.2.3.2. *os pagamentos serão realizados de acordo com o cronograma de execução, mediante a conclusão dos serviços e apresentação de documentação comprobatória;*

9.2.3.3. *o pagamento será efetuado pelo Contratante no prazo de 15 (quinze) dias, contados após a prestação do referido serviço e o atesto da nota fiscal pelos responsáveis;*

9.2.3.4. *os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 12 da Lei nº 14.133/2021;*

9.2.3.5. *a emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico;*

9.2.3.6. *a Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;*

9.2.3.7. *constatando-se, junto ao SicaF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3/2018;*

9.2.3.8. *o setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: (i) prazo de validade;*

(ii) data da emissão; (iii) dados do contrato e do órgão contratante; (iv) período de prestação dos serviços; (v) valor a pagar; e (vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

9.2.3.9. *havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o Contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;*

9.2.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

9.2.4.1. não produziu os resultados acordados;

9.2.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

9.2.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. DO RECEBIMENTO

9.3.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

9.3.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

9.3.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

9.3.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante termo detalhado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do final da última etapa prevista no cronograma físico-financeiro, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.3.4.1. O Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.3.4.1.1. *Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada etapa e após a apresentação da medição prévia pelo Contratado, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório.*

9.3.4.1.2. Em caso de rejeição, o fiscal fixará prazo para que a irregularidade seja sanada, às custas do Contratado, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

9.3.4.1.3. Nesse caso, cabe à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório

9.3.4.1.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.3.4.1.5. A aprovação da medição prévia apresentada pelo Contratado não o exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

9.3.4.1.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição de

serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.3.4.1.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.3.4.2. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições.

9.3.4.2.1. O relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-lo para recebimento definitivo.

9.3.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo definido pelo fiscal técnico do contrato, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

9.3.6.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela Fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.3.6.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.3.6.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela Fiscalização, com base no Instrumento padrão da Cogic (Sisplan).

9.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (ART. 18, III, DA LEI Nº 14.133/2021)

Não aplicável.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI Nº 14.133/2021)

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do artigo 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de maior desconto.

11.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

11.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

11.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

11.4.1. Comprovação de aptidão para a execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, por meio da apresentação de certidões ou atestados com as seguintes características mínimas:

11.4.1.1. Desenvolvimento de projetos e análise técnica ou consultoria em acessibilidade com no mínimo de

5.000,00m².

11.4.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados.*

11.4.3. *Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por serviço de características semelhantes, abaixo indicado(s):*

11.4.3.1. *Arquiteto(a) com experiência em adequação de edificações às Normas de acessibilidade.*

11.4.4. *O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.*

11.4.5. Registro ou inscrição do fornecedor no conselho profissional competente.

11.4.5.1. Todo e qualquer serviço deverá ser executado por profissionais habilitados e a Contratada assumirá integral responsabilidade técnica pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como, pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos.

Deverá ser apresentado o registro dos responsáveis técnicos no Conselho Profissional – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). A Contratada deverá ainda providenciar as respectivas Anotações (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT).

Conforme a Resolução nº 1.025/2009 do Confea, a Contratada deverá providenciar todas as Anotações (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) necessários como condição indispensável para a emissão da Ordem de Serviço (OS), marco de início da execução dos serviços contratados.

11.4.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do Contratado.

11.4.7. O Contratado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da empresa que a contratou e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.4.8. O fornecedor deverá apresentar, ainda, a relação de compromissos por ele assumidos, conforme modelo constante de Anexo do Edital, que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico apresentado para fins de qualificação técnico-profissional.

11.4.9. *Atendendo ao Decreto nº 8.538/2015, na presente contratação não foi identificado qualquer dos impedimentos à exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte apontados no art. 10.*

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.1.1. *A dotação será descrita na RCO, a ser inserida no Processo.*

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. RESPONSÁVEIS

13.1. *Identificação do servidor (ou equipe) responsável:*

13.1.1. *Rodrigo das Neves Costa, Gestor de Arquitetura e Urbanismo, Siape nº 1549124*

13.1.2. *Cosme Luiz Chiniara Júnior, Gestor de Engenharia, Siape nº 1897422*

14. APÊNDICE

14.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, desenhos de levantamento cadastral elaborados por empresa terceirizada para o Instituto Fernandes Figueira. Estes desenhos devem ser conferidos, revisados e complementados pela Contratada.

Lista de desenhos:

131 - HOSPITAL

FOC_ARQ_LC_000_IFF_SITUACAO_R01 - PLANTA DE SITUAÇÃO

FOC_ARQ_LC_001_HOS_1°_PAV_R01 - PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_002_HOS_2°_PAV_R01 - PLANTA BAIXA 2º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_003_HOS_3°_PAV_R01 - PLANTA BAIXA 3º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_004_HOS_4°_PAV_R01 - PLANTA BAIXA 4º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_005_HOS_5°_PAV_R01 - PLANTA BAIXA 5º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_006_HOS_CS_MAQ_R01 - PLANTA BAIXA CASA DE MÁQUINAS

FOC_ARQ_LC_007_HOS_COB_R01 - PLANTA DE COBERTURA

FOC_ARQ_LC_008_HOS_CORTES_R01 – CORTES

FOC_ARQ_LC_009_HOS_FACHADAS_R01 – FACHADAS

160 – MARIO OLINTO

FOC_ARQ_LC_001_IFF_MO_1°_PAV_R01 - PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_001_IFF_MO_2°_PAV_R01 - PLANTA BAIXA 2º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_001_IFF_MO_3°_PAV_R01 - PLANTA BAIXA 3º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_001_IFF_MO_4°_PAV_R01 - PLANTA BAIXA 4º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_001_IFF_MO_5°_PAV_R01 - PLANTA BAIXA 5º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_006_IFF_MO_6°_PAV_R01 - PLANTA BAIXA 6º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_008_IFF_MO_COB_R01 - PLANTA DE COBERTURA

FOC_ARQ_LC_010_IFF_MO_FACH_R01 – FACHADA

161 - ANATOMIA PATOLÓGICA

FOC_ARQ_LC_001_IFF_AP_1°_PAV_R02 - PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_002_IFF_AP_2°_PAV_R02 - PLANTA BAIXA 2º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_002_IFF_AP_3°_PAV_R02 - PLANTA BAIXA 3º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_004_IFF_AP_COB_R00 - PLANTA DE COBERTURA

FOC_ARQ_LC_005_IFF_AP_CORTES_R00 – CORTES

FOC_ARQ_LC_006_IFF_AP_FACHADAS_R00 - FACHADAS

162 – GENÉTICA MÉDICA

FOC_ARQ_LC_001_IFF_GM_1°_PAV_R00 - PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_001_IFF_GM_2°_PAV_R00 - PLANTA BAIXA 2º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_002_IFF_GM_COB_R00 - PLANTA DE COBERTURA

FOC_ARQ_LC_003_IFF_GM_FACHADAS_R00 – FACHADAS

163 – CARPINTARIA

FOC_ARQ_LC_001_IFF_PC_1º E 2º_PAV_R01 - PLANTAS BAIXAS 1º E 2º PAVIMENTOS

FOC_ARQ_LC_002_IFF_PC_COBERTURA_R01 - PLANTA DE COBERTURA

FOC_ARQ_LC_003_IFF_PC_CORTES_R01 – CORTES

FOC_ARQ_LC_004_IFF_FACHADAS_R01 – FACHADAS

164 - VESTIÁRIOS

FOC_ARQ_LC_001_IFF_VEST_1º E 2º_PAV_R02 - PLANTAS BAIXAS 1º E 2º PAVIMENTOS

FOC_ARQ_LC_002_IFF_VEST_COBERTURA_R02 - PLANTA DE COBERTURA

FOC_ARQ_LC_003_IFF_VEST_CORTES_R02 – CORTES

FOC_ARQ_LC_004_IFF_VEST_FACHADAS_R02 – FACHADAS

211 – MANUTENÇÃO

FOC_ARQ_LC_001_IFF_PC_1º E 2º_PAV_R01 - PLANTAS BAIXAS 1º E 2º PAVIMENTOS

FOC_ARQ_LC_002_IFF_PC_COBERTURA_R01 - PLANTA DE COBERTURA

FOC_ARQ_LC_003_IFF_PC_CORTES_R01 - CORTES

FOC_ARQ_LC_004_IFF_PC_FACHADAS_R01 - FACHADAS

212 – DEPÓSITO

FOC_ARQ_LC_001_IFF 212-PLANTA BAIXA_R00 - PLANTA BAIXA

FOC_ARQ_LC_001_IFF 212-CORTES_R00 – CORTES

FOC_ARQ_LC_001_IFF 212-VISTAS_R00 – VISTAS

213 – ALMOXARIFADO/ FARMÁCIA

FOC_ARQ_LC_001_AF_1º_PAV_R00 - PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_001_AF_2º_PAV_R00 - PLANTA BAIXA 2º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_001_AF_3º_PAV_R00 - PLANTA BAIXA 3º PAVIMENTO

FOC_ARQ_LC_003_AF_PLANTA COBERTURA_R00 - PLANTA DE COBERTURA

FOC_ARQ_LC_005_AF_CORTES_FACHADA_PAV_R00 - CORTES E FACHADA

214 – LABORATÓRIO NB2

FOC_ARQ_LC_001_IFF_LNB2_PLANTAS_R02 - PLANTA BAIXA E COBERTURA

FOC_ARQ_LC_002_IFF_LNB2_COBERTURA_R02 - PLANTA DE COBERTURA

FOC_ARQ_LC_003_IFF_LNB2_CS_MAQ_COB-R02 - PLANTA BAIXA CS MAQ

FOC_ARQ_LC_004_IFF_LNB2_CORTES_R02 – CORTES

FOC_ARQ_LC_005_IFF_LNB2_FACHADAS_R02 – FACHADAS

215 – CASA DE BOMBAS

FOC_ARQ_LC_001_IFF 215-PLANTA BAIXA_R00 - PLANTA BAIXA

FOC_ARQ_LC_002_IFF 215-COBERTURA_R00 - PLANTA DE COBERTURA

FOC_ARQ_LC_003_IFF 215-CORTES E FACHADAS_R00 - CORTES E FACHADAS

217 – RESERVATÓRIO

FOC_ARQ_LC_001_IFF-A.RESERV_HOSPITAL_PLANTA_R00 - PLANTA BAIXA

FOC_ARQ_LC_002_IFF-A.RESERV_HOSPITAL_VISTAS E CORTES_R00 - VISTAS E CORTES

223 – ABRIGO DE RESÍDUOS

FOC_ARQ_LC_001_IFF_AR_PLANTA_BAIXA_R00 - PLANTA_BAIXA

FOC_ARQ_LC_002_IFF_AR_COBERTURA_R00 - PLANTA_DE_COBERTURA

FOC_ARQ_LC_003_IFF_AR_CORTES_R00 - CORTES

503 – CENTRAL DE GASES

FOC_ARQ_LC_001_IFF_CG_PLANTA_R00 - PLANTA_BAIXA

504 – CENTRAL DE CILINDROS

FOC_ARQ_LC_001_IFF_CC_VISTAS_R02 - VISTAS

15. APROVAÇÕES E AUTORIZAÇÕES

Requisitante:

Rodrigo das Neves Costa

Gestor de Arquitetura e Urbanismo

CPO/COGIC/FIOCRUZ

Siape: 1549124

Aprovo este Termo de Referencia, incluindo os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como o orçamento estimativo e o cronograma físico-financeiro de desembolso.

Gustavo Cardoso Guimarães

Gestor Substituto da Coordenação de Projetos e Obras

CPO/COGIC/FIOCRUZ

Siape: 1488507

AUTORIZO:

Ana Beatriz Alves Cuzzatti

Coordenadora Geral da Infraestrutura dos Campi

COGIC/FIOCRUZ

Siape: 1567804



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DAS NEVES COSTA, Tecnologista em Saúde Pública**, em 14/09/2023, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO CARDOSO GUIMARAES, Coordenador(a) de Projetos e Obras - Substituto(a) - CPO/COGIC**, em 14/09/2023, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Sousa da Fonseca, Ordenador por Subdelegação**, em 14/09/2023, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3125854** e o código CRC **3EF9507D**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não Continuados
Atualização Junho/2021

***A AGU poderá atualizar os modelos dos documentos em seu site a qualquer momento**

Referência: Processo nº 25389.000331/2023-68

SEI nº 3125854